

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Para uma Questão de Ordem.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Para uma questão de ordem. Eu acho que no próprio projeto da deputada Janaina Paschoal, houve um acordo para ser retirado no fim de junho e voltar para votar em agosto o projeto, não a urgência. Eu queria pedir para a deputada Isa Penna se ela desse até terça-feira no Colégio de Líderes, para eu poder analisar corretamente isso e não pautar a Assembleia para não rejeitar, porque vai ser rejeitado, não vai passar a urgência. Então vai ficar ruim.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Deputado Carlão Pignatari, aí é uma posição da autora. No caso, da deputada Janaina Paschoal...

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Então, continua do jeito que está e o projeto não vamos votar.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - A deputada Janaina Paschoal concordou naquele momento - ela é autora do projeto - se houver acordo com concordância da autora do projeto, como não existe esse acordo...

O SR. TEONILIO BARBA LULA - PT - Presidente, lá foi diferente. Lá foi o recesso. Houve um acordo para discutir depois do recesso.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - É que houve um acordo com concordância. Como não existe concordância nós vamos continuar no processo de votações sempre que tivermos sessão. Deputado Barba tem a palavra para discutir a favor. O SR. TEONILIO BARBA LULA - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, nós inauguramos aqui hoje um novo modelo.

Vou me dirigir ao Gil Diniz, você, que é o líder, deputado Gil Diniz. Você, que é o líder da bancada do PSL - ela é autora do projeto do PSL. Esse eu vou respeitar a posição.

Porque o que eu fiz com o projeto da Janaina Paschoal aqui, da deputada Janaina Paschoal, eu, enquanto deputado, e no projeto de urgência, eu acho que vocês têm toda a razão de obstruir projeto do PT e do PSOL. Não tem problema nenhum.

Agora, tem uma meia dúzia de partido aqui que eu não aceito. Vocês não votaram, vocês estão corretos. Vocês estão obstruindo. Vocês avisaram que iam obstruir. Agora, tem uma turma aqui que eu não aceito.

E, a partir de hoje, presidente, nós inauguramos um novo modelo aqui. Eu vou explicar para você, presidente. Começamos esse debate aqui ontem. Nós tínhamos a discussão da substituição da Comissão de Ética, um outro item que eu não lembro qual que era, mais seis projetos de deputados.

Isso dá oito itens. Eu, sozinho, falando item por item, dá 90 minutos nos seis projetos, mais meia hora no outro, 120 minutos. Duas horas. Fora o Art. 82. Depois, mais oito encaminhamentos, ou 80 minutos.

Daqui para frente vai ser assim, porque tem uma pá de deputados aqui que nós estamos aprovando projetos deles, da Janaina, se a Janaina for contra, a Valeira. Toda a bancada do PSL eu vou respeitar.

Mas tem uma turma aqui que não. Tem uma turma aqui que hoje, começou agora, começou agora. E, se a bancada, estou pedindo liberdade para a minha bancada, porque eu vou fazer isso, eu ia fazer ontem. Por que eu não fiz ontem? Porque eu não tinha avisado no Colégio de Líderes.

E, aí, nós vamos ver como é esse debate aqui. Porque a partir de agora vai ser assim. Porque, quando a deputada Isa me procurou para ajudar no projeto, eu falei: "Deputada, procura o Gilmací, que ele me falou, o deputado Gilmaci Santos, que tinha um problema com o parágrafo I. Vê se dá um acordo. Às vezes é melhor se fazer um acordo que salva o conteúdo do projeto."

Porque o projeto trata de um dossiê. Antes da Lei Maria da Penha, mulher morria na pancada. Não tinha dados, não tinha estatísticas.

Quando a gente trabalha com dados, com estatísticas, é para formular política pública. E, o projeto da deputada Isa Penna, com esse acordo, que era um problema para os companheiros deputados e companheiras deputadas ligados à igreja, resolvia o problema quando tratar só da questão da mulher.

E, eu vi deputados aqui que não fizeram nenhum esforço. Então, a partir de agora é isso. Eu acho que daqui para a frente não tem que votar mais nenhum projeto de deputado aqui hoje.

A bancada do PT todinha, estou pedindo para se inscrever no projeto da deputada Carla Morando. Todo mundo. E a bancada do PSOL, faça a mesma coisa. Não tem moleza. Porque é assim que o Carlão vai entender.

E, assim, a gente diminui um pouco a parcialidade do presidente, embora eu reconheça que o encaminhamento que está sendo dado aqui está respeitando o que nós fizemos com o projeto da Janaina e dos outros deputados. Enquanto não resolveu, ele não tirou da pauta. Reconheço isso.

Então, essa é uma parte do debate que eu queria fazer. Então, peço para os companheiros meus de bancada: todos os projetos que tiver ali, nós vamos nos inscrever em todos. Leci, pode se inscrever e passar para mim, que eu faço o debate. Quem não quiser debater, nós vamos debater.

Nós temos que criar uma regra nesta Casa. O Governo está nadando de braçada. O governador João Doria está nadando de braçada aqui neste plenário. Deputado Gil, declaro respeito à posição que se adotou, do PSL. Deputado Douglas Garcia, eu não tenho problema nenhum com o que você fala. Na tribuna, você fala o que você quiser. E, nós vamos responder com a bancada do PT, não tem problema.

Pode, inclusive, passar vídeo. Conosco não tem problema. O debate vai ser aqui. Em relação aos projetos de deputados, daqui para a frente o tratamento é esse. E é na urgência. É na urgência, não é no projeto mais. Vamos fazer aqui. Nós vamos fazer o debate. Isso é a primeira coisa.

A segunda coisa, que eu queria falar agora, é parabenizar a procuradora de Curitiba Jerusa Viecili, que ontem à noite postou no Twitter dela, pedindo desculpa ao presidente Lula por ter ironizado a morte da dona Marisa, a morte do Vavá, porque é irmão do Lula, e eu conheço a dona Marisa, conheci a dona Marisa e conheci o Vavá, e a morte do Arthur, que é o neto do Lula. Quando ela faz isso, ela reconhece, primeiro um arrependimento, ela tem o direito a se arrepender, e ela está pedindo desculpa para se arrepender.

Quando ela faz isso, ela reconhece que todo o Vaza Jato que está sendo é verdadeiro; que esse povo, liderado por Deltan Dallagnol, pelo Sergio Moro, por vários procuradores, tem um lado, e o lado que algumas pessoas estão explicando muito bem, porque quem começa fazer brindeadeira com morte de uma pessoa que teve um AVC, -do companheiro Vavá, que não tinha uma perna, amputada -, do Arthur, que era um menino de sete anos. Isso significa que quando eles atuaram no processo, eles já atuaram dizendo que precisava condenar pobres, negros e negras, trabalhadoras e trabalhadores deste País, porque é isso que representa o presidente Lula.

Esse pessoal é de canalhas. Ela, não, a Jerusa pediu desculpa. Ela tem o direito ao arrependimento. Agora, os outros são canalhas, canalhas, porque quando eu formo opinião sobre a morte de alguém, deputado Heni, quando eu formo opinião, quando eu ironizo, quando eu brinco, significa que aquela pessoa por mim já está condenada.

E foi desse jeito que eles debateram e discutiram todas as ações contra o presidente Lula. Eu estava no enterro do Vavá, no velório por causa do STF, que também tem uma parte preconceituosa, fascista, racista. Liberou que o Lula poderia chegar, nós já estávamos descendo o irmão do Lula, o irmão mais velho, na tumba.

Então, estou me dirigindo ao Deltan Dallagnol, estou me dirigindo à essa turma liderada por ele. Estou reconhecendo aqui e eu imagino o que essa procuradora deve estar passando agora. Ela botou, postou no Twitter dela, ontem à noite, o pedido de desculpa. A pressão, deputado Gil Diniz, você que é líder

do PSL, que ela deve estar sofrendo de parte do Poder Judiciário, que mancomunado com o Ministério Público para condenar o Lula deve estar fazendo de pressão em cima dela, porque quando ela faz isso, ela reconhece a autenticidade daquilo que está sendo divulgado pelo Intercept Brasil.

Isso é uma coisa grave. Como ontem foi absolvido o ex-presidente do Banco do Brasil, - agora me esqueci o nome dele, Bendine, obrigado pela lembrança -, começa a ter algumas correções. Mas eu quero chamar a atenção, gente, igual ontem aqui quando o deputado Carlão falou que alguém ofendeu a deputada Valeria Bolsonaro lá na Comissão de Educação. Fui ali e declarei minha solidariedade a ela. Depois eu declarei aqui, você não estava presente, e disse que iria aqui dessa tribuna que nós não podemos aceitar esse tipo de comportamento, do ódio, da agressão, da agressão ao LGBT, da agressão às mulheres.

Discutir que montar um dossiê não é importante para formar dados e só começou acontecer depois que uma mulher ficou, virou cadeirante, espancada, quase morta numa cadeira de roda. Virou uma lei chamada Maria da Penha, a partir de que começa os dados, e querer questionar que dados de 91% de violência contra os homens... Não dá para comparar. Não importa. O dado poderia ser 0,1 contra a mulher. Nós temos que questionar e combater.

Deputado Campos Machado, nesta Assembleia estão acontecendo algumas coisas estranhas. Aqui está passando por um procedimento de desonestidade intelectual. Está acontecendo nesta Casa, e eu vou explicar o porquê.

Semana passada, nós presenciamos aqui um debate... Deixa eu ver se eu acho o projeto de lei. Se eu não achar, eu volto aqui depois para falar dele, sobre um projeto de lei do deputado Orlando Silva. Eu levei um susto quando ouvi nos microfones o que foi falado. Eu corri para pegar o projeto. Falei: "deixa eu dar uma olhada, eu estou ficando maluco, alguma coisa errada está acontecendo aqui, nós estamos, todo mundo, loucos".

Porque eu ouvi aqui no microfone dizendo que o projeto de lei do deputado Orlando Silva - e ele foi retirado, ele retirou o projeto - incentivava o incesto, incentivava o sexo entre pai e filhos, incentivava o sexo entre filhos e mãe. Ai você vai lá e lê. O Artigo 2 não diz nada disso, e pessoas que disseram isso aqui são pessoas que têm formação. Não é qualquer formação.

Eu aconselho todo mundo a ler. Pode ter até o direito à dúvida no parágrafo, porque o parágrafo diz assim: "o Estado da Família". Primeiro, não tratava de união, tratava-se do Estatuto da Família. Não se tratava de casamento. Um dos parágrafos, o § 2, diz o seguinte: "É considerado família, por duas ou mais pessoas, na relação de amor sócio-afetiva, e algumas coisas, por assim vai...". É que eu acho que eu deixei na minha sala.

Aí vieram aqui e torceram o projeto. Eu entendo que tem uma frase no projeto... Eu até entendo que tem uma frase que pode até querer deixar confuso, mas fazer o que fizeram aqui foi leviano. Foi leviano. Aconselho que leiam. Foi leviandade o que fizeram aqui, e eu não tenho procuração para defender o deputado Orlando Silva, não. Eu estou falando porque eu fui ler com a maior cautela. Fui ler lá a justificativa.

Eu pensei: "eu estou louco, nós estamos ficando todos loucos". Imagina quem é o ser humano que vai colocar no projeto que pode haver relação sexual entre pai e filha, entre mãe e filho. Eu não sei, mas aqui tem vários advogados. Me parece que hoje já o incesto é considerado um crime. Parece que está em algum código. Como não sou advogado, mas tem alguns códigos dizendo que a relação entre pai e mãe...

Então, aqui tá chegando ao absurdo nesta Casa. Nós fizemos um grande debate aqui. O projeto da deputada Janaina foi bastante esmiuçado, debatido, e em momento nenhum ninguém aqui, no projeto da Janaina, tratou de gravidez de adolescente e criança de dez anos. Ontem foi falado isso aqui na tribuna. Eu assisti lá da minha sala, eu não estava no plenário.

Então, tem coisa aqui que está muito estranha, além das coisas estranhas que estão acontecendo no Brasil. Então, deputados e deputadas, eu precisava falar desse povo do Ministério Público lá de Curitiba, mas em São Paulo também tem. São Paulo tem. São Paulo aqui tem um procurador do Ministério Público chamado Cássio Conserino, onde a Carmem foi absolvida no processo o ano passado, e ele, a pedido dele, a processo dele, a perseguição dele em cima do Movimento de Moradia...

Tem quatro pessoas do Movimento de Moradia presas e tem mais seis pedidos de prisão preventiva, e as pessoas têm endereço, têm logradouro, têm nome, têm emprego fixo, mas está acontecendo.

Alguém aqui, duas semanas atrás, reclamou que nós ficamos até as 11 horas da noite e não votamos...

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Deputado Barba, para concluir.

O SR. TEONILIO BARBA LULA - PT - Ontem, e hoje e na semana passada, vários deputados reclamaram que nós não votávamos. Inclusive a que reclamou estava aqui presente e não votou, depois vou dizer o nome dela em um momento oportuno. Muito obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Para falar a favor, nobre deputada Erica Malunguinho.

A SRA. ERICA MALUNGUINHO - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa tarde a "tôxas". Primeiro, quero dizer que sou favorável ao projeto de lei da deputada Carla Morando, o 521, que estabelece a campanha "Quem ama vacina", mas resolvi subir aqui ao plenário, na verdade, por outro motivo.

Tentei ouvir de forma muito parcimoniosa tudo o que foi dito aqui, mas acho que é importante redizer coisas. Quero parabenizar o Conselho de Ética da Casa, da Assembleia Legislativa de São Paulo, que, numa decisão histórica, não só acolheu como condenou com advertência o deputado Douglas Garcia por proferir falas de cunho violento.

Essa violência é uma violência dirigida e objetiva chamada transfobia, que é completamente diferente da violência geral. Insistentemente ele, para se opor ao projeto de deputada Isa Penna, fala que a violência tem que ser analisada de forma geral, mas existem crimes de ódio e crimes que são dirigidos a determinados grupos, como o feminicídio, como a transfobia, como a homofobia, enfim.

O Conselho de Ética condenou-o não só por esse processo, mas também por um processo que foi levantado pela Professora Bebel. Isso é um recado muito importante que a Assembleia Legislativa de São Paulo dá não apenas para este lugar como para o Brasil. É muito importante dizer que não serão toleradas práticas de discriminação, essas práticas de discriminação que são ditas de forma rasa e esdrúxula, como foi a que o deputado proferiu aqui, mas há outras práticas de discriminação aqui que são escamoteadas por discursos de respeito.

Quando a deputada Leticia, de forma muito insipiente e frágil, fala que mulher é mulher e homem é homem, acionando o discurso biológico, da biologia, que está muito atrasado inclusive, que fala que a divisão entre pessoas parte de cromossomos, misturando cromossomos com DNA, XX, XY, não entendendo que há inúmeras variações entre isso, inclusive pessoas intersexo... Isso é desqualificar e desconsiderar o que a ciência tem produzido, enfim, coisa que infelizmente a deputada não acessa.

Mas o projeto da deputada Isa Penna não fala sobre questões biológicas - eu acho que isso inclusive deveria ser uma pauta a ser estudada, principalmente pela deputada Leticia -, fala de uma questão sociológica, de uma dimensão social do que significa ser mulher numa sociedade. Ser mulher, como disse Simone de Beauvoir, "ela se torna mulher", ela se tornou uma mulher porque existe uma construção sociológica histórica que imputa às mulheres relações de submissão em relação ao poder patriarcal.

É disso que se trata, e a violência que é construída contra as mulheres é de cunho sociológico, e

não biológico. Por isso, este lugar, que é uma Casa de Leis que trata de sociologia, que trata de sociedade, precisa agir exatamente nesse lugar, compreendendo as relações sociais que são movimentadas no decorrer da história.

Mas o fato é o seguinte: Barba, você fala de desonestidade intelectual. Eu gostaria de chegar a esse ponto, mas não há desonestidade. O que se pratica aqui é necropolítica, política da morte. Quando se diz que mulheres transexuais não podem estar dentro de um dossiê que apura práticas de violência, significa dizer: "Vocês podem morrer". Quando o deputado Altair Moraes escreve um projeto que fala que pessoas transexuais não podem praticar atividades esportivas, ele está falando: "Vocês podem morrer". É disso que se trata.

Trata-se de necropolítica, como quando, de forma infame, a deputada Janaina Paschoal, o deputado Altair Moraes, sobem a esta plenário para falar sobre o projeto do deputado Orlando Silva associando a construção de família às práticas nefastas de poder, de abuso de poder sexual, fala de incesto. Isso não é desonestidade intelectual.

Têm um lugar muito programado e se dizem conservadores. Isso não é conservadorismo. Aliás, eu tenho uma coisa a dizer sobre o conservadorismo. Todo mundo é conservador. Agora, depende do que você quer conservar. Depende se você quer conservar exclusão; depende se você quer conservar constantemente a violência em relação a determinados corpos.

A questão não é o conservadorismo, é a escolha política que se tem em relação a algumas pessoas que são passíveis de terem direitos e é isso que está em jogo. Embora vocês tentem apagar as pessoas transexuais, a comunidade e a população LGBT existem. Está dito aqui. O deputado Altair Moraes, o deputado Douglas Garcia, são inimigos da população LGBT.

Eles praticam discursivamente e nas suas propostas de lei coisas que excluem essa população, que colocam essa população num lugar de marginalidade maior ao que já está submetida. É disso que se trata. E a responsabilidade de um discurso de um deputado quando ele fala aqui que expulsaria uma travesti aos tapas do banheiro, isso não é só discurso. Isso não é apenas discurso.

Isso é uma construção que, infelizmente, de forma disfórica, porque depois ele se assume e se revela homossexual; de forma disfórica ele imputa à população transexual. O nome disso é disforia, querido. Quando você não se reconhece e não entende que inclusive você teve que vergonhosamente pedir para a deputada Janaina fazer esse papel por você, você já está dizendo que existe discriminação.

Você já está dizendo que existe exclusão, que precisa de uma vírgula. Que você precisa de um esforço sobrenatural para conseguir dizer que você é o que você é, que é um homossexual. Deveria ser simples, mas não é e tem pessoas que morrem por conta disso, mas a sua disforia não permite.

Palmas para o Conselho de Ética. Deveria sim para além de uma sanção, de uma advertência, um outro processo correr, porque uma pessoa pública que é eleita para subir neste plenário para tecer violência, ela deveria estar bradando em outro lugar. Este lugar é um lugar de reelaboração das construções sociais.

É um lugar para projetar as humanidades que nos cabem. É um lugar para projetar pactos civilizatórios e não de exclusão. É um lugar para a projeção de pactos civilizatórios e não de exclusão. E não adianta subir aqui neste mesmo plenário para dizer que respeitam. Não respeitam. Isso não é respeito. Respeito se dá na dimensão de compreender a subjetividade e a identidade de qualquer outra pessoa.

Quando se sobe aqui para falar que pessoas transexuais não podem ter o direito da proteção da violência, você não me respeita. Não venham com esta querela de dizer que respeitam pessoas como eu, porque não há respeito. E quero deixar aqui registrado que a população paulista e brasileira reconheçam em algumas pessoas aqui de dentro a transfobia e a violência e a necropolítica, porque isso se chama necropolítica, política da morte.

Se você não produz práticas inclusivas, se você não pensa de forma inclusiva, você está excluindo. É isso que é praticado constantemente aqui.

Novamente, falando sobre o infame projeto do deputado Altair Moraes, que exclui a possibilidade de pessoas trans estarem em esportes, eu gostaria que vocês vissem uma entrevista na TV Alesp. Que trouxe quatro pessoas para falar de forma absolutamente equivocada, com termos absolutamente em desuso, que confundem uma coisa com outra, que confundem o que é identidade de gênero e orientação sexual.

Ou seja, não há qualificação para o debate. Agora, não pegue a sua desqualificação para o debate, não pegue a sua desonestidade, a sua necropolítica, e disfarce em forma de respeito. Porque não há respeito. Não há respeito.

Para concluir, quero também falar que a deputada Leticia deveria voltar à escola. A gente deveria voltar à escola. Na verdade, todo mundo deveria voltar à escola. Eu estudo constantemente. Mas, subir aqui para falar que as pessoas se dividem em XX e XY é, no mínimo, desconsiderar tudo o que a ciência produziu e tudo o que ela produz. Sabemos que há inúmeras variações cromossômicas e que não se restringem a essa bipolarização entre esses cromossomos.

No mais, quero reiterar que o projeto da deputada Isa não diz respeito à Biologia. É de ordem sociológica. Ela diz que as mulheres trans estão submetidas às mesmas violências que as mulheres cisgênero são submetidas. Não diz respeito ao útero. Não diz respeito a gônadas. Não diz respeito a testosterona e estrógeno. Diz respeito à Sociologia.

Diz respeito ao que essa pessoa aparenta ser. Diz respeito a uma prática de violência que é condicionada a um grupo de pessoas que são mulheres sim, a despeito do crivo de vocês. São mulheres transexuais. Não estamos reivindicando a cis-generidade. Não estamos reivindicando sermos as mulheres biológicas. Mas não dá para achar que somos um ET ou que não estamos dentro de uma sociedade.

O que vocês querem dizer? Fico tentando compreender: que lugar é esse que vocês nos querem colocar? Porque vocês falam que não somos mulheres, falam que não somos homens. Somos o que, então? Uma coisa é fato. Uma coisa é fato: nós existimos, a diversidade existe, a diversidade é regra e é lei. Sempre foi, em todas as sociedades. A diversidade é regra e lei.

Não adianta assorear os rios. Porque os rios sempre hão de brotar. Sempre hão de criar curvas, criar rotas, transbordar, enfim. Porque a natureza está viva. É disso que se trata. Enquanto houver vida. Enquanto houver vida (porque a nossa política é pela vida) estarei aqui junto com muita gente que é decente, coerente, verdadeira, e se aprofunda nas discussões. Estarei com essas pessoas para lutar pela vida.

Abaixo à necropolítica. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Para falar contra o projeto, a nobre deputada Monica Seixas.

A SRA. MONICA DA BANCADA ATIVISTA - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - São tempos difíceis, em que a gente sabia e sabe que o óbvio existe. Inclusive, mata e violenta pessoas todos os dias. Mas antes ficava restrito ao foro íntimo. E agora tem a coragem de tomar o Parlamento, de tomar esta tribuna, com todo o horror que ele se aplica.

Hoje esta Casa, numa decisão histórica, advertiu o deputado Douglas Garcia por transfobia. Também fica aí um marco da nossa convivência. Não será admitido, a sociedade não admitirá que esta tribuna seja palco para crimes. Não admitiremos violência entre nós e nem com a sociedade. Douglas, que foi condenado duas vezes. Duas vezes por dizer aqui nesta tribuna que arrancaria no tapa uma mulher trans no banheiro, se a encontrasse num banheiro de mulheres.

Hoje, também, a gente começa a debater o projeto de autoria da deputada Isa Penna que quer criar o Dossiê Mulher Paulista no âmbito do estado de São Paulo.

O dossiê quer compilar dados que serão importantes de ser conhecidos, sobre a violência contra a mulher. Mas, a bancada que se diz conservadora na Casa, o PSL e o próprio Douglas Garcia, reincidente, volta a esta tribuna para cometer mais atos transfóbicos, porque o artigo que tanto provoca revolta nesse projeto de lei é simplesmente o item 2 do Artigo 1º: "O dossiê de elaboração sobre as vítimas de violência atendidas pelas políticas públicas sobre insurgências no estado de São Paulo.

Para os fins dessa lei deverá ser considerada a identidade de gênero autodeclarada". Para fins dessa lei será considerada a identidade de gênero autodeclarada: esse é o problema do senhor Douglas Garcia, esse é o problema da senhora Leticia Aguiar, esse é o problema desse Parlamento, esse é o problema do debate dessa votação. Estamos aqui segurando uma importante votação acerca da violência da mulher porque nós temos dificuldade de respeitar as pessoas, de respeitar a identidade de gênero delas.

Temos aqui nesta Casa, explicitamente, pessoas que têm dificuldade de aceitar mulheres e homens trans. É disso que se trata e a gente tem que falar explicitamente disso. Mas ao mesmo tempo a gente tem que dizer que o recado foi dado. Numa votação histórica, o Conselho de Ética desta Casa sinalizou que nós não vamos admitir que esta tribuna torne-se palco de mais violências. Não vamos permitir que saiam das catacumbas da história violências como essas, transfobias como essas.

Do mais, do mais, me admira muito o esforço em combater um projeto que quer compilar e trazer à luz os dados sobre a violência contra a mulher. Pessoas de direita, esquerda, policiais, cidadãos, mulheres, mães, pais, etc., todos nós dizemos aqui, permanentemente, que nós somos contra todos os tipos de violência. Mas para combatê-las a gente precisa muito mais do que armas e de que um policiamento na rua.

A gente precisa de organização, de política pública e de inteligência. E para poder elaborar essa inteligência a gente precisa enxergar os números. A gente precisa saber quando e por que ocorrem violências domésticas, quando e por que ocorrem violências contra as mulheres, quando e por que ocorre violência contra os negros, para a gente entender qual é a causa da violência, qual é o fator que gera tal coisa. E a gente só vai conseguir se a gente não tiver medo de se debruçar sobre os dados.

Mas parece que a ciência aqui também é usada de forma contraditória, de forma que mais convenha às pessoas. Tanto assim que a gente assistiu hoje uma triste fala de dizer que mulher é mulher, homem é homem. Eu também concordo. Mas eu acho o que as pessoas dizem de si mesmo. Tanto é que ontem Douglas subiu nesta tribuna e disse: "Respeitem o meu lugar de fala. E eu posso, sim, sobre um projeto de mulher".

Eu fui conversar com ele e falei assim: "Mas qual que é a sua identidade de gênero? Porque o senhor tinha dito, até então, que era gay. Agora a gente precisa entender a sua identidade de gênero para ela poder ser respeitada". Então, homem é homem, mulher é mulher, e a gente tem que respeitar e quem diz o que é cada um conforme entende.

Isa...

Eu acho importante que vocês estejam conversando e negociando. Mas como a negociação está quente aí na frente, etc., eu só quero saber se vocês chegaram a um consenso, eu sigo a minha fala, se dou por encerrada, se vamos mesmo continuar. Tá bom. Eu encerro por aqui, então.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Estão suspensos os nossos trabalhos por dois minutos.

* * *

- Suspensa às 18 horas e 10 minutos, a sessão é reaberta às 18 horas e 13 minutos, sob a Presidência do Sr. Cauê Macris.

* * *

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Reaberta a sessão.

Pela ordem, deputada Monica.

A SRA. MONICA DA BANCADA ATIVISTA - PSOL - Peço o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Pergunto aos líderes presentes em plenário se concordam com o levantamento da presente sessão. Havendo anuência dos líderes, havendo acordo de lideranças, esta Presidência, antes de dar por levantados os nossos trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, com a mesma Ordem do Dia de hoje. Lembrando-os, ainda, da sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 19 horas.

Está levantada a sessão.

* * *

- Levanta-se a sessão às 18 horas e 13 minutos.

* * *

28 DE AGOSTO DE 2019

38ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidência: CAUÊ MACRIS
Secretaria: CORONEL NISHIKAWA e RICARDO MELLÃO

RESUMO

ORDEM DO DIA

1 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Abre a sessão. Coloca em discussão o PL 727/19.

2 - TEONILIO BARBA LULA
Solicita uma verificação de presença.

3 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Determina que seja feita a chamada de verificação de presença, interrompida pela constatação de quórum.

4 - CAMPOS MACHADO
Solicita a suspensão da sessão por dois minutos, por acordo de lideranças.

5 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Defere o pedido e suspende a sessão às 19h04min;

reabrindo-a às 19h07min.

6 - CAMPOS MACHADO

Para comunicação, informa que houve acordo entre as lideranças para que seja dado por discutido o PL 727/19 por cinco horas e quarenta minutos, restando 20 minutos de discussão para a próxima terça-feira.

7 - CAMPOS MACHADO
Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

8 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Anota o pedido. Convoca uma segunda sessão extraordinária, a realizar-se hoje, às 19 horas e 19 minutos. Levanta a sessão.

* * *

- Abre a sessão o Sr. Cauê Macris.

* * *

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Presente o número regimental de Srs. Deputados e Sras. Deputadas, sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior.

Sras. Deputadas e Srs. Deputados, vamos passar à Ordem do Dia.

* * *

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

* * *

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Discussão e votação do Projeto de lei nº 727, de 2019, de autoria do nobre governador.

O SR. TEONILIO BARBA LULA - PT - Sr. Presidente, para pedir uma verificação de presença.